



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

RODORFO ACÁCIO NOBRE FONTES

**INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO  
SUSTENTÁVEL: análise sobre o plano diretor do município de  
Rio Branco-AC**

Rio Branco – AC  
2012

RODORFO ACÁCIO NOBRE FONTES

**INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO  
SUSTENTÁVEL: análise sobre o plano diretor do município de  
Rio Branco-AC**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Supervisor: Dr. José Matias Pereira

Fontes, Rodorfo Acácio Nobre.

Instrumento de Planejamento Urbano Sustentável: análise sobre o Plano Diretor do Município de Rio Branco-AC/ Rodorfo Acácio Nobre Fontes. – Rio Branco, 2012.

43 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2012.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Késia Rozzett, Departamento de Administração.

1. Plano Diretor do Município de Rio Branco. 2. Meio Ambiente. 3. Efetividade do Plano Diretor. I. Título.

**RODORFO ACÁCIO NOBRE FONTES**

**INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO  
SUSTENTÁVEL: análise sobre o plano diretor do município de  
Rio Branco-AC**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno

**Rodorfo Acácio Nobre Fontes**

Késia Rozzett  
Professor-Orientador

Professor-Examinador

Professor-Examinador

Rio Branco, 14 de abril de 2012

Dedico este trabalho ao meu saudoso avô Raimundo Ribeiro e Tio José Nobre que contribuíram para formação do meu caráter e permanecem vivos em minhas ações e pensamentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os docentes por quem fui tutorado, aos meus familiares e amigos, em especial a minha companheira de todos os dias e esposa dedicada, a Deus por me dar a vida com saúde e paz.

## RESUMO

Este trabalho visa o estudo do Plano Diretor do Município de Rio Branco no que tange a política de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Concebido como uma moderna ferramenta de planejamento, o Plano Diretor passa a ter importância no desenvolvimento sustentável por trazer no seu arcabouço normativo regras e previsões sobre a política ambiental local. Nesse ínterim, surgem questionamentos sobre a efetividade no que diz respeito a implementação do que está previsto no plano e do que realmente foi realizado no período da pesquisa tomando como base as diretrizes elencadas no Estatuto das Cidades. Preocupado como o município de Rio Branco cresce, buscou-se verificar um diagnóstico atualizado sobre a efetividade do Plano no que diz respeito à política de meio ambiente e desenvolvimento sustentável da cidade, a fim de fomentar uma discussão sobre a necessidade de adequação do Plano às necessidades locais. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de análise documental e entrevista, sendo observado que a regulamentação dos instrumentos do Plano Diretor de Rio Branco deve ser feita dentro de uma estratégia de desenvolvimento urbano para sua efetiva aplicação e deve estar expressa no Plano Diretor. Dessa forma, este trabalho esclarece a importância do Plano Diretor como ferramenta de gestão ambiental urbana, ficando proposta a formulação de Planos Diretores que contemplem um capítulo especialmente reservado a política de meio ambiente.

Palavras-chave: Plano Diretor. Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável.

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

Tabela 1 – Localização do município de Rio Branco:.....	22
Tabela 2 – Aspectos Geográficos do município de Rio Branco:.....	22
Quadro 1- Avaliação do Plano Diretor de Rio Branco no quesito Meio Ambiente.....	37



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEIA – Áreas Especiais de Interesse Ambiental

APA – Área de Proteção Ambiental

APH – Áreas de Promoção de Habitação

APP – Área de Preservação Permanente

ARU – Área de Requalificação Urbana

ARV – Áreas Receptoras de Áreas Verdes

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

EIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental

FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

Habita II – Conferencia das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

PDP – Plano Diretor Participativo

PPA – Plano Plurianual

Rio-92 – Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

UTRE – Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos

ZOC – Zona de Ocupação Controlada

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Formulação do problema.....	11
1.2 Objetivo Geral.....	11
1.3 Objetivos Específicos.....	11
1.4 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	21
3.1 Tipo e Descrição Geral da Pesquisa.....	21
3.2 Caracterização do Plano Diretor.....	21
3.3 População e Amostra.....	22
3.4 Caracterização dos instrumentos da pesquisa.....	22
3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

## 1 INTRODUÇÃO

Diante de um presente conflito entre o homem e o meio natural, em que a atuação daquele traz influências negativas a este, trazendo como consequências escassez de recursos naturais, torna-se necessária a mudança de atitude proativa por parte do homem para dirimir esse conflito. Tendo em vista essa problemática, formulou-se nos fóruns de âmbito internacional um novo conceito de desenvolvimento conhecido como “desenvolvimento sustentável” que segundo o relatório de Brundtland (1987) é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Nesse contexto, o Brasil preocupado com os impactos ambientais decorrentes do processo desordenado de urbanização, incrementou o planejamento da política ambiental de forma estratégica, consagrando em sua carta magna no artigo 182, §§ 1º, 2º e 4º o principal instrumento de planejamento municipal chamado de Plano Diretor, plano este orientado ainda por diretrizes constantes na Lei nº 10.257/01 que dispõe sobre o estatuto da cidade. Esse arcabouço legal firmou a preocupação brasileira com o meio ambiente no âmbito municipal, demonstrando um aspecto estratégico na gestão da política de meio ambiente nacional que passou a dar ênfase a uma política de descentralização político-administrativa, valorizando assim o ente municipal dando-lhe a competência de formular o plano diretor juntamente com a população, através de audiências públicas e da participação das associações representativas da comunidade, como determina o artigo 29, inc. XII da Constituição Federal. Com isso o Plano Diretor passa a ser entendido como o principal instrumento de gestão ambiental urbana. Nesse contexto foi instituído o novo plano diretor da cidade de Rio Branco por meio da lei municipal nº 1.611 de 27 de outubro de 2006. O referido plano foi exaustivamente discutido com todos os seguimentos sociais da cidade de Rio Branco e será objeto de análise no que diz respeito à sua efetividade no que diz respeito a política de meio ambiente e o seu alinhamento com os aspectos naturais da cidade estudada, usando como parâmetro o constante na seção 4, art. 10 e § único do plano em questão que versa sobre o princípio do desenvolvimento sustentável.

## **1.1 Formulação do problema**

Preocupado com o crescimento do município de Rio Branco e suas consequências no meio natural, torna-se cada vez mais importante a efetividade de implementação do plano diretor desse município, principalmente no aspecto ambiental para garantir a qualidade de vida da geração atual e futura.

Levando-se em consideração os conceitos de eficácia e implementação, bem como o princípio de desenvolvimento sustentável elencada no artigo 10 e § único da lei 1.611/06, de 27 de outubro de 2006 (plano diretor do município de Rio Branco), pretende-se responder a indagação:

Da entrada em vigor até 2011, qual tem sido a eficácia do plano diretor do município de Rio Branco no que tange a política de sustentabilidade ambiental do referido município?

## **1.2 Objetivo Geral**

Analisar o plano diretor do município de Rio Branco desde a sua entrada em vigor até o ano de 2011 no que diz respeito à política de meio ambiente e o seu alinhamento com os aspectos naturais da cidade estudada.

## **1.3 Objetivos Específicos**

- Diagnosticar os mais relevantes aspectos naturais existentes no município em questão;
- Avaliar a efetividade e abrangência do plano diretor no que se refere à política ambiental;
- Comparar o plano diretor e os aspectos naturais de Rio Branco;

- Propor sugestões que contemplem um instrumento de planejamento urbano planejado com a política de meio ambiente local e condizente com a realidade atual.

## **1.4 Justificativa**

Diante de uma nova concepção de administração pública gerencial no Brasil focada no meio ambiente e sustentabilidade, torna-se cada vez mais importante a análise do plano diretor de uma cidade, plano este concebido como o produto do processo de planejamento do gestor público regional/local, sobremaneira no aspecto de convergência do meio urbano e meio natural, bem como as consequências dessa interação. Tendo em vista essa nova abordagem de gestão da cidade sustentável, o artigo justifica-se diante de uma necessidade urgente de redirecionamento e aprimoramento do instrumento de política urbana (plano diretor) no aspecto do meio ambiente, pois, parte-se do pressuposto que a maneira como o município de Rio Branco cresce e se desenvolve não está alinhada a uma política de desenvolvimento sustentável eficaz, que integre e harmonize o meio ambiente e o ordenamento territorial urbano. O crescimento acelerado e desorganizado do município somados a ausência/ineficiência de políticas públicas voltadas para a integração entre o meio ambiente e a ocupação do homem no perímetro urbano de Rio Branco, trazem consequências que inviabilizam a manutenção da qualidade de vida da população do referido município para as gerações futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo De Jesus (2004) a humanidade e o mundo natural estão em rota de colisão. As atividades praticadas pelos humanos acabam por proporcionar danos irreversíveis ao ambiente, sendo necessária grande mudança na forma como nos servimos dos recursos naturais que a Terra nos proporciona.

Segundo o mesmo autor o homem já sente a necessidade de controlar as atividades prejudiciais ao ambiente para restaurar e proteger a integridade dos sistemas terrestres dos quais dependemos. Para tanto, precisa integrar formas alternativas de sobrevivência à cultura e deixar de degradar e exaurir os recursos naturais, direta e indiretamente responsáveis pela vida saudável. A urgência de soluções para a questão ambiental transformou-a em assunto relevante nas agendas dos governos nacionais e nos fóruns de debate em âmbito internacional.

Atualmente, a gestão da questão ambiental é um grande desafio para a administração pública em todo o mundo (...). (DE JESUS, 2004, p. 3).

Segundo Matus (1993) faz-se necessário o planejamento público, para que seja viável a ordenação da ocupação humana em uma determinada área natural a fim de se evitar ao máximo o conflito entre interesses sociais entre si e as questões ambientais, levando-se em conta que tanto as ações humanas como o funcionamento do sistema natural são dinâmicos, e que por isso necessitam de planos de ação contínuos. Justificando assim a necessidade do plano diretor.

Moraes (1994), no entanto, aponta para o fato de que nem sempre as políticas públicas tomadas, para que meio ambiente e relações sociais sejam satisfatoriamente atendidas, apresentam resultados que sejam coerentes com as necessidades ambientais de um determinado recorte espacial a ser planejado.

Diante disso é função dos planos diretores o direcionamento de fundamentos básicos norteadores do planejamento de uma determinada área, fomentando discussões acerca de quais ações são efetivas no escopo das interações entre espaço e sociedade.

Os planos diretores se constituem em uma ferramenta importante para o planejamento público, guiando, de forma maleável, diversas decisões públicas e privadas tomadas em um determinado recorte espacial. Esta é uma das características mais importantes de tal ferramenta, pois não se trata de um bloco fechado de leis e diretrizes de zoneamento de uso e ocupação do solo. Ao contrário, um plano diretor se caracteriza por uma adaptabilidade aos fatos posteriores, permitindo que, de acordo com interesses públicos e privados específicos, para que tais planos possam ser extrapolados e readaptados à nova realidade local. No entanto, observa-se que, em diversas ocasiões, os planos diretores não apresentam objetividade ou definição clara acerca das premissas a serem consolidadas no escopo do planejamento público. Compreende-se, no entanto, as dificuldades de se realizar um planejamento público em dias atuais nas grandes cidades brasileiras, já que os planos diretores atuais surgem num momento em que tais cidades, em vista de seu crescimento econômico e expansão territorial acelerados, já apresentam graves problemas estruturais, de infraestrutura, socioeconômicos, territoriais e ambientais.

A complexidade apontada se faz ainda mais evidente na região amazônica, onde, diversos fatores corroboram para a fragilidade ambiental da área.

Os estudos urbanos apresentam várias teorias com a finalidade de analisar a cidade. São teorias que possuem diversos enfoques, baseadas na realidade urbana que é composta por fatores econômicos, históricos, sociais e espaciais, entre outros. Dentro desses fatores, este artigo propõe enfatizar alguns aspectos voltados para a compreensão sócio-físico-ambientais da cidade.

Nesse contexto vamos abordar o conceito de desenvolvimento sustentável relacionando-o com a sustentabilidade urbana:

O termo sustentabilidade é mais amplamente utilizado com referência à sustentabilidade ambiental. Todavia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) ampliou este conceito, incluindo a sustentabilidade social, econômica, financeira e institucional, dentre outros aspectos, o que levou a considerações a respeito de sua aplicação no espaço urbano. (MEIO AMBIENTE BRASIL, 2002, p. 338).

Apesar de as cidades apresentarem limitações conceituais, relativamente à obtenção de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, as áreas urbanas tornaram-se um tema de maior debate e participação.

A ampliação do conceito de sustentabilidade consolidou-se com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, que aprovou a Agenda Habitat, documento que explicita não só os princípios, mas também os compromissos e ações estratégicas a serem adotadas, tanto pelos governos como pela sociedade civil e iniciativa privada, visando à obtenção de um desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas. O próprio conceito de cidade ampliou-se, abrangendo os assentamentos humanos, de forma mais ampla, incluindo as formas mais variadas de ocupação do território pela população.

Dessa forma, pode-se observar que

A sustentabilidade urbana passa a incluir, ao lado das questões essencialmente ambientais, o desenvolvimento econômico local, a promoção da equidade e a justiça social, a gestão urbana democrática e participativa, a moradia adequada para todos, além, entre outras, das questões essencialmente urbanísticas e as ligadas ao ordenamento territorial local e regional (MEIO AMBIENTE BRASIL, 2002, p. 338).

Diante disso, as cidades são, por definição, sistemas abertos, com uma dependência profunda e complexa de recursos externos. Isso sem dúvida dificulta a obtenção da sustentabilidade urbana, profundamente relacionada com a autossuficiência em consumo e com a disposição de resíduos sólidos e líquidos, incluindo a disponibilidade de moradia adequada e de transportes públicos eficientes. A busca do desenvolvimento sustentável nas cidades sofre, assim, a contradição imposta por aspectos intrínsecos a esses espaços.

Estas dificuldades são mais acentuadas no Brasil, onde o processo de urbanização, extremamente rápido e desigual, leva as populações de baixa renda a ocupar terras periféricas, em geral desprovidas de qualquer tipo de infraestrutura, ou a se instalar em áreas ambientalmente frágeis, que só poderiam ser urbanizadas sobre condições rigorosas e mediante soluções dispendiosas. O desrespeito à legislação urbanística e um acentuado processo de especulação imobiliária têm provocado consequências semelhantes.



O Estatuto da Cidade estabelece as diretrizes gerais a serem necessariamente observadas pelos municípios na implementação da política urbana, dentre as quais mencione-se

A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (artigo 2º, 1).

Outros aspectos são dignos de menção, como: a garantia da gestão democrática da cidade; o cumprimento da função social da propriedade urbana, a ser determinado pelo plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes; a caracterização das cidades como dotadas de uma função social; o estabelecimento de novos instrumentos de intervenção no espaço urbano, para que se assegure uma melhor ordenação físico-territorial do município; o controle da especulação imobiliária e a regularização fundiária, entre outros importantes aspectos. As relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento urbano são igualmente consideradas como diretrizes a serem necessariamente observadas.

Então, com base na obra Meio Ambiente Brasil (2002, p. 341) verificou-se que “é neste cenário, em que diretrizes internacionais e características locais se mesclam, que a busca do desenvolvimento sustentável para as cidades brasileiras tem sido realizada, ora com avanços, ora com retrocessos”.

Quanto ao meio ambiente urbano em Rio Branco, a situação é extremamente preocupante. A população brasileira está cada vez mais concentrada nas cidades em uma proporção que, segundo o IBGE, era de 30,5% em 1970 e chegou a 81,2% em 2000 (IBGE, Censo Demográfico de 1970 e 2000). A capital do Estado do Acre segue essa mesma tendência. Bem menos da metade dos domicílios da cidade são atendidos por uma rede de esgotos, e o seu tratamento é quase insignificante.

No caso de Rio Branco, a principal micro-bacia é a do Rio Acre que tem como um dos principais afluentes o Igarapé São Francisco que juntamente com o Rio Acre, cortam o perímetro urbano ao meio.

No Rio São Francisco foi criada a área de Proteção Ambiental do São Francisco. A APA com 30 mil hectares foi criada no entorno do Igarapé São Francisco. A área

vinha sofrendo com a destruição da mata ciliar e com despejo de lixo e esgoto no curso d'água. O Igarapé, que percorre mais de 20 km e passa por 17 bairros da capital, conta proteção legal e medidas de recuperação que visam garantir qualidade da água e a redução de enchentes causadas pelo entupimento do leito fluvial por lixo. Apesar da degradação, muitos mamíferos, anfíbios e aves habitam este ambiente que necessita ser protegido para manter sua função ecológica e social.

Existe uma grande área de lago situada no segundo distrito de Rio Branco. Nesse local foi criada em 2005 A Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá. A APA abriga cerca de 130 famílias que não habitam uma área de cinco mil metros quadrados no entorno do Lago do Amapá. O lago é formado por um meandro abandonado do Rio Acre e tem extensão de seis quilômetros. Ele é um dos locais de grande diversidade biológica do Município, porém há anos sofre com a pesca predatória. A criação da APA tem como objetivo proteger a área da degradação ambiental e evitar que o local seja destruído pelo crescimento da cidade.

No município em questão, é produzida uma média de 800 a 1.200 gramas de resíduos sólidos por habitante/dia. Mesmo assim, a disposição final desses resíduos fica em segundo plano, dando-se prioridade à coleta e à limpeza pública. Consequentemente, os lixões da cidade crescem sem qualquer controle, poluindo o solo, o ar, as águas subterrâneas e superficiais da área e de seu entorno. Apesar disso, foi recentemente construído uma UTRE – Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos com padrões de referência. Porém, a UTRE recebe uma parcela ínfima dos resíduos sólidos produzidos no município. Além de ter um tempo de vida útil limitado a pouco mais de 50 anos considerando seu alto investimento.

O município de Rio Branco encontra-se em uma planície amazônica, estando apenas a 153 metros do nível do mar. Isso acaba proporcionando a expansão desorganizada da cidade em todas as direções.

Rio Branco foi formado em uma bacia sedimentar, predominando o tipo de solo argiloso e considerado pobre em nutrientes, uma das razões por ser pouco explorado pela atividade agrícola.

A maior concentração de riscos encontra-se nas encostas dos rios e igarapés do município. Ainda existe um número considerável de famílias em áreas de risco.

Em Rio Branco a poluição do ar ocorre quase que praticamente pelos veículos automotores. Tanto a poluição do ar como a sonora durante todo ano. De forma sazonal, principalmente nos meses de agosto e setembro ocorre a incidência de poluição do ar, provenientes das queimadas que ocorrem principalmente no meio rural. Atualmente não existem consequências significativas no que diz respeito a poluição do ar no município.

Diante desse conflito meio ambiente x habitação e crescimento geográfico verificou-se que a população de Rio Branco vem crescendo nos últimos anos. De maneira que concentra quase metade de toda população do Estado do Acre, segundo dados do IBGE em 2000. As consequências se refletem no grande déficit habitacional presente nesse município. As populações de baixa renda acabam ocupando terras periféricas, e em áreas ambientalmente frágeis. O desrespeito à legislação urbanística e um acentuado processo de especulação imobiliária têm provocado consequências semelhantes.

O planejamento de uma cidade e de seu município deve considerar antes de tudo o uso e a ocupação do solo, levando para o meio político as diretrizes racionais e técnicas de maneira clara e objetiva de modo a subsidiar soluções rápidas e precisas.

O uso e ocupação do solo são sem sombra de dúvida parte integrante do ordenamento territorial, preocupando-se com a expansão da área urbana e rural de maneira ordenada, este instrumento pode se caracterizar:

- A. através de sua especificidade para cada município ou região administrativa;
- B. através de suas diretrizes incluídas no plano diretor;
- C. através de sua legitimidade como instrumento democrático, político e administrativo.

Para que se estabeleçam diretrizes claras e objetivas do uso e ocupação do solo em municípios de médio porte como o de Rio Branco deve-se considerar, portanto, a especificidade da área do município, estudando todos os elementos que compõem o

meio ambiente, suas características e suas interferências no próprio meio e sua relação com o homem.

Consideram-se também, para que se estabeleça o uso e ocupação do solo, as diretrizes determinadas no plano diretor, dando assim um encaminhamento a curto, médio e longo prazo para a ocupação humana. Bem como a legitimidade de leis que forneçam democraticamente regras e imposições para o melhor modo de se ocupar os espaços pré-estabelecidos.

A cidade de Rio Branco nos últimos anos teve experiências de planejamento, demonstrando avanços significativos para algumas áreas e apontando a necessidade de melhoria em outras áreas. O descaso urbano, retrato não apenas de Rio Branco, mas, verdadeiramente, um problema nacional, apenas recentemente começou a ser tratado como tal, com a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana. A partir da criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001) - que enquadrou os municípios brasileiros quanto a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores Participativos para reger a política municipal de planejamento e gestão territorial – e com a criação do Ministério das Cidades em 2003, o governo federal iniciou uma campanha de mobilização nacional para a realização das Conferências das Cidades nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Além dos Planos Diretores, outras experiências de planejamento e gestão territorial de âmbito local vem ocorrendo, como descritas a seguir. O importante a assinalar é que não há receita para se elaborar planos de gestão territorial. Há, sim, diferenças de escalas de análise, alguns parâmetros comuns e priorização de focos de abordagem e, em casos de obrigação legal – como os planos diretores – conteúdos mínimos que devem ser respeitados. Todos esses instrumentos têm em comum a elaboração participativa.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município<sup>107</sup>. Determina, ainda, que este deve ser essencialmente participativo, cujo processo de elaboração seja conduzido pelo poder executivo local com a colaboração de todos os setores da sociedade. O artigo 52 do Estatuto da Cidade

prevê julgamento por improbidade administrativa aos prefeitos que não construírem o Plano Diretor ou que o fizerem sem a participação da sociedade.

Dois princípios básicos orientam a construção do Plano Diretor: garantir a gestão democrática e a função social da propriedade. O Plano Diretor Participativo (PDP), após concluído, transforma-se em Lei Municipal e é obrigatório para municípios:

- a) com mais de 20.000 habitantes;
- b) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- c) com áreas de especial interesse turístico;
- d) situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

O município de Rio Branco iniciou seu Plano Diretor Participativo em 2005, junto com a Segunda Conferência. O caso de Rio Branco é, na verdade, a revisão do Plano Diretor de 1986, que inclui, porém, as atualizações de acordo com o Estatuto da Cidade, principalmente a elaboração participativa. Os resultados do PDP atual de Rio Branco dão uma clara noção do quanto um instrumento de planejamento - que se origina com uma leitura tanto técnica como perceptiva da realidade atual do município – é importante para orientar a administração local.

O documento do Ministério do Meio Ambiente intitulado “Cidades Sustentáveis”, para formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 21, estabelece estratégias de sustentabilidade urbana identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, duas das quais remetem diretamente ao Plano Diretor:

1. aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental;
2. promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

#### **3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa**

A pesquisa realizada foi de natureza quantitativa e utilizou as técnicas de análise documental e entrevista na coleta de dados. A pesquisa é caracterizada como descritiva, pois utilizou-se a tipologia municipal produzida pelo Observatório das Metrôpoles em 2008, em que foram levantados itens para verificar a compatibilidade do Plano Diretor local com o Estatuto das Cidades.

#### **3.2 Caracterização do Plano Diretor de Rio Branco**

A lei 1.611 de 27 de outubro de 2006 é uma lei municipal composta por 247 artigos que institui o plano diretor do município de Rio Branco e tem abrangência apenas para o referido município. A lei 1.727 de 18 de dezembro de 2008 também é uma lei do município de Rio Branco composta por apenas 4 artigos que trazem alterações a lei que institui o plano diretor do referido município.

Segundo dados extraídos do Atlas do Estado do Acre/FUNTAC de 2008, o município de Rio Branco limita-se ao norte, com os municípios de Bujari e Porto Acre; ao sul com os municípios de Xapuri e Capixaba; a leste, com o município de Senador Guiomard e a oeste, com o município de Sena Madureira.

Nas tabelas 1 e 2, também extraídas do Atlas do Estado do Acre/FUNTAC de 2008, são apresentados alguns dados sobre a localização e aspectos geográficos do município de Rio Branco:

Localização	
Longitude	67° 48' 36" Oeste
Latitude	09° 58' 29" Sul
Altitude	153 m (aprox.)
Distância de Brasília	3.105 Km
Fonte: IBGE (2005)	

**Tabela 1**

Aspectos Geográficos	
Área	8.831 Km <sup>2</sup>
População	290.639 hab
Densidade demográfica	32,91 hab/Km <sup>2</sup>
Fonte: IBGE Censo Demográfico 2007	

**Tabela 2**

### 3.3 Participantes do estudo

Foi entrevistado o Sr. José Otávio Francisco Parreira, então Secretário Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana de Rio Branco, por ser o único gestor municipal responsável pela implementação do Plano diretor de Rio Branco que trabalhou no período da pesquisa, de 2006 a 2011. Na pesquisa documental foi feita a leitura do Plano Diretor na sua totalidade, sendo estudada tanto a lei que aprova e institui o plano em 2006, como também, as suas alterações posteriores que estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Além disso, foram consultados na rede mundial de computadores a internet, diversos artigos científicos publicados em revistas eletrônicas conceituadas que versam sobre o tema.

### 3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O roteiro da entrevista foi baseado no relatório sobre o Plano Diretor de Rio Branco realizado em 2008 pelos pesquisadores do Instituto Cidades Fabrício Leal de Oliveira e Mauro Rêgo Monteiro Santos, publicado no Observatório das Metrópoles (2008). No roteiro, foram enfatizados apenas os tópicos referentes à política de meio ambiente tratados no relatório sobre o Plano Diretor de Rio Branco realizado em 2008 pelos pesquisadores do Instituto Cidades. Ao todo são 12 perguntas diretas versando sobre aspectos ambientais presentes no Estatuto das Cidades, a fim de se verificar o que está sendo feito através do Plano Diretor local no que diz respeito à

política de meio ambiente no município de Rio Branco. Para análise documental foi utilizada a rede mundial de computadores em sites abertos ao público para os documentos online e a biblioteca pública do município de Rio Branco para consulta de documentos na forma escrita.

### **3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados**

Os dados da pesquisa foram coletados no período de julho a outubro de 2011 por meio de consultas a documentos online disponíveis na rede mundial de computadores, por meio de consulta a documentos escritos disponíveis na Biblioteca Pública do município de Rio Branco através de cautela provisória, bem como, por meio de entrevista com o então Secretário Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana de Rio Branco, previamente marcada junto a sua secretária. A entrevista foi analisada com base nas diretrizes do plano diretor, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e com base na metodologia do observatório das metrópoles em que 12 itens foram levantados tomando como base as diretrizes do Estatuto das Cidades e respondidos através da pesquisa documental e também do gestor municipal entrevistado. Em seguida os resultados alcançados foram colocados de forma esquematizada no Quadro 1.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da entrevista e da pesquisa documental, foi feita uma análise normativa do plano diretor nos aspectos ambientais em relação aos resultados pretendidos e os resultados alcançados na política de meio ambiente do município de Rio Branco, considerando os aspectos naturais de Rio Branco. Os resultados pretendidos de acordo com a metodologia do Observatório das Metrópoles (2008) estão distribuídos em 12 itens e os resultados alcançados estão respondidos após cada item respectivamente. Por fim, é apresentado um quadro resumo que apresenta de forma esquematizada os 12 itens pretendidos e o grau de implementação alcançado no período da pesquisa do Plano Diretor de Rio Branco.

1. A existência de diagnóstico identificando a situação do município na área do meio ambiente, com ênfase nas desigualdades sociais relacionadas aos impactos da degradação do meio ambiente sobre as diferentes áreas da cidade (localização de depósitos de lixo ou de resíduos tóxicos, disponibilidade de áreas verdes, por exemplo), na perspectiva da justiça socioambiental.

Segundo o entrevistado foi realizada uma avaliação geológica, hidrográfica e hidrogeológica dentro do período de estudo. Demonstrando assim uma preocupação com o uso e a ocupação do território, compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável.

2. As diretrizes estabelecidas pelo Estatuto das Cidades para a política de meio ambiente. Verificar particularmente se existem dispositivos restritivos à moradia de interesse social (por exemplo, remoções de moradias em áreas de preservação).

De acordo com a análise normativa o Plano Diretor não apresenta capítulo de meio ambiente. As diretrizes gerais de meio ambiente integram os princípios da função social da cidade:

“promover a conservação ambiental como forma valorizada de uso do solo, através da implementação de mecanismos de compensação ambiental”,

“garantir qualidade ambiental e paisagística aos seus habitantes”, e “articular com os demais municípios de sua região e com o Estado a racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas” (art.7).

O Plano também apresenta diretrizes para aplicação dos instrumentos da política ambiental:

i) Para o EIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental, reafirma as definições a respeito dos empreendimentos e atividades previstos na lei que dispõe sobre a política municipal de meio ambiente de 1999.

ii) Para o macrozoneamento estabelece parâmetros e diretrizes quanto à requalificação ambiental da Zona de Urbanização Controlada e delimita a Zona Florestal na Macrozona Rural, como território destinado a conservação ambiental e ao uso e manejo sustentável, com predominância de Reservas Extrativistas e Seringais Nativos.

iii) Define e classifica as Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) em três tipos: i) de conservação e uso sustentável – AEIA I; de conservação e recuperação ambiental – AEIA II; e de proteção dos mananciais – AEIA III. As áreas de Conservação e Recuperação Ambiental coincidem com as Áreas de Preservação Permanente (APP).

iv) Estabelece diretrizes de uso para APP, permitindo sua utilização como espaço livre de uso público para implantação de infra-estrutura destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, desde que, cumulativamente: I - a vegetação seja preservada ou recomposta, de forma a assegurar o cumprimento integral dos objetivos ecológicos da APP; II – a utilização não gere degradação ambiental; III - seja observado o limite máximo de 10% (dez por cento) de impermeabilização do solo; IV - sejam observadas as normas do CONAMA

pertinentes à matéria; V - haja autorização prévia do órgão ambiental competente (art.78). Também permite, que a critério da autoridade licenciadora e do órgão ambiental competente, a APP poderá ser transposta pelo sistema viário ou utilizada para a implantação e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais e outras obras exigidas pelo Poder Público e concessionárias de serviços públicos, desde que a intervenção seja de baixo impacto ambiental e não descaracterize a totalidade da APP.

v) Define diretrizes de aplicação do instrumento da transferência do direito de construir nas Áreas Receptoras de Áreas Verdes (ARV), tendo como objetivo a implantação de parques lineares. Estabelece também que as operações urbanas consorciadas podem ser propostas para proteção de recursos naturais e paisagísticos, tais como matas e outras formas de vegetação significativa, formações especiais de relevo e corpos d'água, ou ainda, para criação de áreas verdes públicas e unidades de conservação.

Em relação ao reassentamento de moradias em áreas de preservação, prevê relocação de população residente às margens do Rio Acre através da implantação do projeto estruturante do Parque das Margens do Rio Acre, onde estipula as seguintes ações: i) identificação e classificação das famílias em situação de risco; ii) identificação das áreas para desocupação gradual (áreas inundáveis ou sujeitas a escorregamento); e iii) elaboração do plano básico de desocupação gradual conjuntamente com o de relocação da população atingida para as áreas de promoção de habitação – APH.

Porém, de acordo com a entrevista verificou-se que não existem projetos em andamento no que diz respeito a reassentamentos ou implantação de parques nas margens do Rio Acre.

3. A definição de objetivos (e o grau de concretude dos mesmos) e o eventual estabelecimento de metas concretas para política de meio ambiente no município de Rio Branco em acordo com o Estatuto das Cidades.

Não foram definidos objetivos específicos para a política de meio ambiente. Também não foram definidas metas concretas (com prazos e responsáveis). Os objetivos relativos ao meio ambiente aparecem vinculados aos objetivos gerais do plano diretor e à política de uso do solo.

No artigo 12 referente aos objetivos gerais do plano, é possível identificar os seguintes objetivos relacionados ao meio ambiente:

“iii) definir o Macrozoneamento Municipal fundamentado nas características de uso e ocupação e no patrimônio ambiental;

iv) definir o zoneamento municipal fundamentado em ações específicas para cada um dos territórios delimitados, que facilite os processos de consolidação, reestruturação, requalificação e regularização urbana, assim como a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico;

vi) ordenar e controlar a expansão das áreas urbanizadas e edificadas de forma a: c) incentivar processos de conservação ambiental através da criação de zonas receptoras de áreas verdes;

x) implantar e regularizar a Reserva Florestal Legal como instrumento de organização do território rural;

xiii) contribuir para a construção e difusão da memória e identidade do Município, por intermédio da preservação e desenvolvimento do patrimônio natural, histórico e cultural, utilizando-o como meio de desenvolvimento sustentável, inclusive como forma de aumentar a atratividade turística, promovendo ações que visem consolidar o Município como: a) pólo de turismo e lazer na escala de consumidores da Região Amazônica, Andina, nacional e internacional, aproveitando a imagem local consagrada, associada à preservação da floresta amazônica, sendo alavanca para o desenvolvimento dos demais setores econômicos presentes no município; [...] c) pólo educacional regional, fomentando a instalação de instituições de ensino associadas à formulação de um modelo de desenvolvimento sustentável; d) pólo madeireiro, fomentando a produção de mobiliário e artefatos em madeira certificada” (art.12)

O plano define objetivos gerais para as áreas especiais de interesse ambiental, de garantir conforme a área, a conservação e a recuperação ambiental e a proteção de mananciais. Delimita também a zona florestal integrante da Macrozona Rural destinada a conservação ambiental e ao uso e manejo sustentável.

Destacam-se também os objetivos de implantar parques lineares adjacentes às Áreas de Preservação Permanente – APP, a partir dos eixos dos cursos d'água e constituir um sistema de áreas verdes através do mecanismo de recepção das áreas públicas resultantes de obrigações do processo de parcelamento do solo.

Estão delimitadas ARVs ao longo dos Igarapés São Francisco, Batista e Judia. É estabelecido que as Áreas Receptoras de Áreas Verdes – ARV poderão ser objeto de aplicação do instrumento da transferência do direito de construir.

4. A definição de instrumentos específicos visando à sustentabilidade ambiental (zoneamento ambiental e instrumentos jurídicos e fiscais). Verificar se o plano tem definições – e quais – e relativas aos seguintes pontos:

O Plano estabelece os seguintes instrumentos na política ambiental:

- a) EIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que além dos casos previstos em legislação federal e estadual, deve seguir as definições a respeito dos empreendimentos e atividades que estão sujeitas a lei que dispõe sobre a política municipal de meio ambiente de 1999.
- b) Macrozoneamento – Estabelece diretrizes de requalificação ambiental da Zona de Urbanização Controlada e delimita a Zona Florestal na Macrozona Rural (território destinado a conservação ambiental e ao uso e manejo sustentável, com predominância de Reservas Extrativistas e Seringais Nativos.
- c) Definição de Áreas Especiais de Interesse Ambiental (AEIA) de três tipos: i) de conservação e uso sustentável – AEIA I; de conservação e recuperação ambiental – AEIA II; e de proteção dos mananciais – AEIA III.

d) Áreas de Preservação Permanente (APP) – Estabelece que a APP pode ser utilizada como espaço livre de uso público para implantação de infra-estrutura destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, desde que, cumulativamente: I - a vegetação seja preservada ou recomposta, de forma a assegurar o cumprimento integral dos objetivos ecológicos da APP; II - a utilização não gere degradação ambiental; III - seja observado o limite máximo de 10% (dez por cento) de impermeabilização do solo; IV – sejam observadas as normas do CONAMA pertinentes à matéria; V - haja autorização prévia do órgão ambiental competente (art.78). Também permite que, a critério da autoridade licenciadora e do órgão ambiental competente, a APP poderá ser transposta pelo sistema viário ou utilizada para a implantação e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais e outras obras exigidas pelo Poder Público e concessionárias de serviços públicos, desde que a intervenção seja de baixo impacto ambiental e não descaracterize a totalidade da APP.

e) Definição de Áreas Receptoras de Áreas Verdes (ARV) – tem como objetivo implantar parques lineares adjacentes às Áreas de Preservação Permanente – APP, a partir dos eixos dos cursos d'água e constituir um sistema de áreas verdes através do mecanismo de recepção das áreas públicas resultantes de obrigações do processo de parcelamento do solo. Estão delimitadas ARVs ao longo dos Igarapés São Francisco, Batista e Judia. É estabelecido que as Áreas Receptoras de Áreas Verdes – ARV poderão ser objeto de aplicação do instrumento da transferência do direito de construir.

A transferência do direito de construir pode ser aplicada, quando o referido imóvel for considerado necessário para a preservação de interesse ambiental. As operações urbanas consorciadas podem ser propostas para proteção de recursos naturais e paisagísticos, tais como matas e outras formas de vegetação significativa, formações especiais de relevo e corpos d'água, ou ainda, para criação de áreas verdes públicas e unidades de conservação.

(i) Delimitação de Áreas de restrição ambiental.

O Plano delimita diversas áreas de restrição ambiental, como a Zona Florestal e as Áreas Especiais de Interesse Ambiental, além das restrições estabelecidas no macrozoneamento e na regulação do uso, ocupação e parcelamento do solo.

(ii) Delimitação de Áreas de utilização e conservação dos recursos naturais.

O plano define Áreas de Conservação e Uso Sustentável como área especial de interesse ambiental I, que correspondem aos perímetros das áreas de proteção ambiental. Determina que as diretrizes para formulação do Sistema de Unidades de Conservação Municipal sejam definidas em lei específica. Também delimita a zona florestal integrante da macrozona Rural como território destinado à conservação ambiental e ao uso e manejo sustentável. Os parâmetros de uso e ocupação da macrozona rural serão definidos em lei específica.

(iii) Delimitação de Áreas de preservação permanente em função de situações críticas existentes.

O plano define as Áreas de conservação e recuperação ambiental como área especial de interesse ambiental – AEIA II. As AEIAs II correspondem aos perímetros de áreas de preservação permanente ao longo dos principais cursos d'água, coincidindo com as áreas de preservação permanente – APPs, conforme definido no Código Florestal, destinadas à recuperação de mata ciliar. Os perímetros e as diretrizes para formulação do Plano de Recuperação Ambiental, de acordo com o entrevistado, serão definidos em lei específica.

(iv) Delimitação de Áreas a serem revitalizadas.

O Plano não delimita áreas de revitalização.

(v) Delimitação de Áreas a serem recuperadas ambientalmente.

No zoneamento foram definidos objetivos de requalificação ambiental para a zona de ocupação controlada – ZOC, que corresponde a área urbana já ocupada com pouca infra-estrutura e com características geotécnicas inadequadas para o

assentamento urbano, restringindo as possibilidades de ocupação dos vazios urbanos existentes. A disciplina de uso e ocupação do solo dessa zona tem como um dos objetivos compatibilizar e adequar o uso e a ocupação do solo em função das limitações ambientais, garantindo a ocupação de baixa densidade; e identificar e promover a requalificação ambiental dos fundos de vales, áreas inundáveis e de erosão, destinando as áreas verdes de lazer e de preservação dos recursos hídricos conforme Programa de Intervenção Ambiental a ser implementado.

(vi) Delimitação de unidades de conservação.

O plano define as Áreas de Conservação e Uso Sustentável como área especial de interesse ambiental I, que correspondem aos perímetros das áreas de proteção ambiental. Determina que as diretrizes para formulação do Sistema de Unidades de Conservação Municipal sejam definidas em lei específica.

(vii) Delimitação de zonas de transição entre as Áreas a serem preservadas, conservadas e ocupadas.

O Plano não delimita explicitamente tais zonas, embora mereça destaque que a Zona Rururbana, na Macrozona Rural, contorna todo o perímetro urbano e pode ser entendida como uma zona de transição entre a área urbana e a Zona Agropecuária.

(viii) Delimitação de Áreas de recuperação e proteção da Fauna e Flora.

Apesar de definir áreas especiais de interesse ambiental e zona florestal na Macrozona Rural, o plano diretor não faz referência explícita à recuperação e proteção da fauna e da flora.

(ix) Delimitação de Áreas de recuperação e proteção de Recursos Hídricos.

O plano define dois tipos de áreas especiais de interesse ambiental relacionadas à recuperação e à proteção dos recursos hídricos: i) as áreas de conservação e recuperação ambiental – AEIA II, que correspondem aos perímetros de áreas de preservação permanente ao longo dos principais cursos d'água, coincidindo com as



áreas de preservação permanente; e ii) as áreas de proteção dos mananciais – AEIA III, que correspondem às bacias prioritárias destinadas como mananciais de águas, assim como o território ocupado pelo aquífero.

Os perímetros e as diretrizes para formulação do Plano de Recuperação Ambiental para as AEIAs I e II serão definidos em lei específica.

5. A compatibilização do planejamento territorial com o diagnóstico ambiental, através das seguintes definições:

Não houve acesso ao diagnóstico que subsidiou a elaboração do Plano no período da pesquisa e, portanto, não é possível avaliar sua compatibilização com o planejamento territorial.

(i) Delimitação de Áreas de Risco de Inundação.

Extensa área ao longo do Rio Acre foi indicada como Área de Requalificação Urbana das Margens do Rio Acre (ARU 3), que inclui áreas consideradas inundáveis pelo Plano Diretor. Esse instrumento tem como objetivo promover a transformação gradual de área inundável em área de uso comum do povo através da elaboração do Plano de Requalificação Urbana pelo poder público. Esse plano deve, entre outras exigências, prever relocação da população atingida para as Áreas de Promoção de Habitação (APH) e delimitar perímetro da área de abrangência.

(ii) Delimitação de Áreas de Risco Geológico.

A Zona de Ocupação Controlada é definida como “área urbana já ocupada com pouca infra-estrutura e com características geotécnicas inadequadas para o assentamento urbano”, o que indica uma avaliação anterior relacionada a este tópico e aos próximos (iii e iv).

(iii) Mapeamento da geomorfologia dos solos e aptidões.

Ver resposta ao item (ii), acima.

(iv) Mapeamento de declividades.

Ver resposta ao item (ii), acima.

(v) Delimitação de Áreas com restrição de impermeabilização dos solos.

O Plano define taxas de permeabilidade para cada zona urbana, o que sugere a existência de estudo onde são avaliadas as diferentes necessidades de restrição quanto à impermeabilização do solo.

(vi) Delimitação de Áreas de ocupação e de expansão urbana, considerando as condições dos ecossistemas locais e a capacidade de suporte da infraestrutura.

O Plano coloca restrições à ocupação na macrozona de expansão urbana, que corresponde à porção do território onde predominam glebas que deixaram de ser utilizadas para fins rurais e define mecanismos de adensamento da ocupação nas zonas de ocupação prioritária, área, segundo o plano diretor, com as melhores condições de infra-estrutura.

(vii) Delimitação de Áreas de risco à ocupação humana.

O Plano delimita a ZOC – Zona de Ocupação Controlada como área com pouca infra-estrutura e com características geotécnicas inadequadas para o assentamento humano, entretanto, não qualifica o risco de tal inadequação para a ocupação humana.

(viii) Delimitação de Áreas de atividades agrícolas.

O Plano delimita, dentro da Macrozona Rural, a Zona Agropecuária.

(ix) Delimitação de Áreas de atividades de exploração.

Os estabelecimentos de exploração mineral são classificados como de uso perigoso e só podem ser desenvolvidos na Macrozona de Expansão Urbana e os

estabelecimentos de exploração mineral que não utilizam explosivos são classificados como de uso especial e só podem ser implantados na Macrozona de Expansão Urbana, de Urbanização Específica ou Rural.

(x) Localização preferencial de comércio, indústria e serviços.

Verificou-se que o Plano Diretor de Rio Branco estabelece dois tipos de áreas de desenvolvimento econômico para localização de indústrias: as áreas de desenvolvimento de pequenas indústrias, como serralherias, marcenarias, agroindústrias e outros; e as áreas de desenvolvimento industrial, que correspondem às áreas lindeiras às rodovias de acesso e que apresentam restrições moderadas à ocupação urbana. Classifica também os usos urbanos relacionando-os com as limitações das macrozonas. Os Usos Especiais compreendem os estabelecimentos parcialmente incômodos ou de risco ambiental, como os estabelecimentos de exploração mineral sem utilização de explosivos e as estações de tratamento de esgoto, que só podem ser implantados nas Macrozonas de Expansão Urbana, de Urbanização Específica ou Rural, ficando proibidos na Macrozona de Consolidação Urbana. Os Usos de Risco Ambiental compreendem estabelecimentos que representam risco ambiental, como os aterros sanitários, beneficiamento de borracha e fabricação de peças e artefatos de concreto, que só podem ser implantados na Macrozona Rural e nas Áreas de Desenvolvimento Industrial I e II. A localização preferencial do comércio e dos serviços é realizada a partir da classificação dos usos em perigosos, especiais, de risco ambiental, geradores de tráfego, de ruído noturno e diurno, e de turismo e lazer. Define uso de comércio, serviços e instituições que não se enquadram nas classificações anteriores.

(xi) Áreas especiais instituídas em correspondência com as atividades econômicas geradoras de impacto nos ecossistemas locais.

Define as Áreas de Desenvolvimento Econômico em dois tipos: de desenvolvimento para pequenas indústrias e de desenvolvimento industrial, tendo como objetivo prevenir e mitigar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas.

(xii) Áreas especiais instituídas em correspondência com as atividades de infraestrutura urbana geradoras de impacto nos ecossistemas locais.

No referido Plano Diretor não foram instituídas áreas especiais com essas características, mas foram classificadas as atividades de infra-estrutura como de uso especial (caso das estações de tratamento de esgoto) e de usos de risco ambiental (caso de aterros sanitários) indicando as macrozonas e as áreas permitidas para essas atividades.

6. O estabelecimento de plano municipal de meio ambiente, seus objetivos, suas diretrizes e o estabelecimento de prazos.

Não prevê a elaboração de plano de meio ambiente. Mas prevê a elaboração de planos relacionados ao eixo estratégico “Gestão dos Recursos Naturais”, como: I - Programa de Fomento à Consolidação do Sistema Municipal de Unidades de Conservação; II - Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente dos Cursos d'água de Rio Branco; III - Plano Municipal de Recursos Hídricos e Planos de Bacia; IV - Programa de Regularização da Outorga do Uso dos Recursos Hídricos. Para o eixo da Estruturação Urbana e Infra-Estrutura, prevê os seguintes planos: Plano de Requalificação das Margens do Rio Acre; Plano de Arborização Urbana; e Programa de Implantação dos Parques Lineares de Fundo de Vale.

7. A existência de princípios e objetivos que visem à ação articulada com os níveis de governo estaduais e federal.

O plano estabelece como diretriz: “articular com os demais municípios de sua região e com o Estado a racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas”.

8. A instituição de fundo específico de meio ambiente e suas fontes de recursos, observando:

- (i) o detalhamento da destinação dos recursos do Fundo;
- (ii) quem gere o Fundo criado;

- (iii) quais são as receitas do Fundo;
- (iv) a necessidade de legislação específica;
- (v) prazos estabelecidos.

Não é instituído fundo específico de meio ambiente no Plano até o período de estudo.

9. A existência de definições relativas ao orçamento municipal (PPA, LDO e LOA), como a determinação de prioridades de investimentos, ou a definição de obras e investimentos concretos na área ambiental, por exemplo.

Não há definições relativas ao orçamento municipal no Plano.

10. A definição de critérios de gênero, etnia/raça ou de outras políticas afirmativas.

Não há definições a respeito no Plano.

11. O grau de auto aplicabilidade das definições estabelecidas na política de meio ambiente.

Foi aplicado pelo órgão Estadual IMAC – instituto de Meio Ambiente do Acre a instituição do EIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental, o Macrozoneamento, as diretrizes referentes à requalificação ambiental da Zona de Urbanização Controlada, mas os parâmetros de uso e ocupação do solo relativos à Macrozona Rural e da Zona Florestal, que compreende território destinado a conservação ambiental e ao uso e manejo sustentável, com predominância de Reservas Extrativistas e Seringais Nativos, depende de lei específica que até o período de estudo não foram criadas. A instituição de Áreas Receptoras de Áreas Verdes não foi aplicada no período da pesquisa.

As AEIAs – Áreas Especiais de Interesse Ambiental foram delimitadas, mas as áreas de conservação e uso sustentável depende de lei específica para definir as diretrizes para a formulação do Sistema de Unidades de Conservação Municipal. No caso das Áreas de Conservação e Recuperação Ambiental e de Proteção dos Mananciais

demandam lei específica para definir perímetros e as diretrizes para a formulação do Plano de Recuperação Ambiental.

12. A definição dos instrumentos e mecanismos de controle social na política de meio ambiente.

O Plano não especifica definições sobre a política de meio ambiente. O Conselho Municipal de Urbanismo delibera sobre empreendimentos ou atividades suscetíveis de provocarem impactos ambientais.

#### Quadro 1

Avaliação do Plano Diretor de Rio Branco no quesito Meio Ambiente				
Itens	Requisitos	Nível de Implementação		
		I	NI	PI
1	Diagnóstico geográfico local	X		
2	Dispositivos restritivos à moradia		X	
3	Definição de objetivos e metas		X	
4	Instrumentos de sustentabilidade			X
5	Compatibilização do planejamento territorial		X	
6	Elaboração de plano de meio ambiente		X	
7	Articulação com o governo estadual e federal			X
8	Instituição de fundo específico de meio ambiente		X	
9	Definições relativas ao orçamento municipal		X	
10	Definição de políticas afirmativas		X	
11	Grau de auto aplicabilidade das definições			X
12	Instrumentos e mecanismos de controle social		X	

Legenda:

I - Implementado

NI – Não Implementado

PI – Parcialmente Implementado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através da análise do quadro 1 verificou-se que o Plano Diretor de Rio Branco tem um baixo nível de implementação e, de acordo com os requisitos pretendidos com a metodologia do Observatório das Metrópoles (2008), falta efetividade na política de meio ambiente e no cumprimento das principais diretrizes do Estatuto das Cidades.

Observou-se ainda que de acordo com Barros (2010, p. 96); Carvalho (2010, p. 96); Montandon (2010, p. 96) o Estatuto da Cidade não estabelece uma relação direta entre transformações urbanas e instrumentos. Cada município escolhe, regulamenta e aplica os instrumentos conforme a estratégia de desenvolvimento urbano desejada. Diversos instrumentos do Estatuto da Cidade não apresentam por si só a solução para um determinado problema urbano, ou de modo contrário, uma determinada transformação urbana pretendida depende da aplicação de um conjunto de instrumentos de maneira coordenada e integrada no território. Assim sendo, a regulamentação dos instrumentos deve ser feita dentro de uma estratégia de desenvolvimento urbano para sua efetiva aplicação e deve estar expressa no Plano Diretor.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nessa pesquisa verificou-se que o Plano define princípios e objetivos gerais relacionados às diretrizes do Estatuto da Cidade, mas concentra-se na política de ordenação do território e, mais especificamente, na regulação do uso, ocupação e parcelamento do solo. O Plano define uma classificação de usos que considera o potencial risco ou incômodo, detalha as condições de ocupação para o uso residencial (tamanho de lote, número de unidades por lote, recuos, testada, largura das vias internas de circulação, espaços de lazer etc), elenca os parâmetros urbanísticos da ocupação do solo, dispõe sobre vagas para estacionamento, condições de permeabilidade, etc e detalha as condições de parcelamento e uso do solo. O Plano detalha o macrozoneamento em zonas específicas e seus parâmetros e cria áreas especiais destinadas à implementação dos instrumentos do Estatuto e área de especial interesse entre outras especificações.

Os resultados encontrados demonstram que o Gestor municipal, ao fazer o Plano Diretor, se preocupou com as peculiaridades dos meios naturais encontrados no município de Rio Branco. Essa afirmação se constata quando observada a preocupação com a preservação ambiental e a definição de um conjunto de áreas especiais, parâmetros, etc, voltados para a proteção ambiental e criação de mecanismos de proteção a áreas vulneráveis no município como rios, lagos e igarapés que percorrem a área urbana.

Porém, constatou-se que o plano carece de efetividade em vários aspectos, devido à falta de dispositivos que contemplem o controle social no aspecto ambiental e a falta de regulamentação em lei específica de vários outros dispositivos importantes para tal fim.

As dificuldades da pesquisa foram maiores no momento da coleta das informações que eram escassas e disponíveis para um grupo pequeno de pessoas, sendo de difícil acesso ao público em geral. Isso dificultou um nível de aprofundamento maior na pesquisa.

Esta pesquisa teve o caráter exploratório de um tema latente no modo de vida atual e esclarece a importância do Plano Diretor como ferramenta de gestão ambiental urbana, ficando proposto a novas pesquisas e as autoridades responsáveis a formulação de Planos Diretores que contemplem um capítulo especialmente



reservado a política de meio ambiente com ferramentas específicas aplicáveis a realidade geográfica local com forte controle social, que permitam uma maior efetividade de implementação e execução.

## REFERÊNCIAS

ACRE. GOVERNO DO ESTADO. FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE. **Atlas do Estado do Acre**/Governo do Estado do Acre. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. - Rio Branco: FUNTAC, 2008.

BARROS, Ana Maria Furbino Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. **O Estatuto da Cidade Comentado**. Belo Horizonte, MG: Conselhos MG, 2010. p. 96. Disponível em:  
<<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/06.pdf>> Acesso em 6 de ago. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, 2001.

DE JESUS, Anderson Macedo. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da administração pública brasileira nas dimensões da relevância social, da prudência ecológica e da viabilidade econômica**. RSP- Revista do Serviço Público. Ano 55, Número 4. Out-Dez 2004.

IBGE, **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em:  
<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Dados\\_do\\_Universo](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo)>  
Acesso em 6 de nov. 2010.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SANTOS, Mauro Rêgo Monteiro. **REDE DE VALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS**. Observatório das metrópoles.  
<http://web.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/ac/An%C3%A1lise%20Final%201%20PD%20Rio%20Branco.pdf> Acesso em 5 out. 2011.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, Clovis. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, p. 255-71, Mar./Abr. 2007.

RIO BRANCO. LEI Nº 1.330 de 23 de setembro de 1999. Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, instituindo o Sistema Municipal de Meio Ambiente e alterando as competências da SEMEIA e do COMDEMA, e dá outras providências.

RIO BRANCO. Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006. Aprova e Institui o novo Plano Diretor do Município de Rio Branco e dá outras providências. Prefeitura de Rio Branco, 2006.

RIO BRANCO. Lei nº 1.727 de 18 de dezembro de 2008. Altera vários artigos do Plano Diretor do Município de Rio Branco. Prefeitura de Rio Branco, 2008.

VÁRIOS AUTORES, **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92** / organizadores Aspásia Camargo. João Paulo Ribeiro Capobianco. José Antônio Puppim de Oliveira - São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002BEE, F.; BEE, R. **Fidelizar o cliente**. São Paulo: Nobel, 2000.